

Manuela Ribeiro *

Procuras urbanas, ambiente(s) e desenvolvimento de regiões do interior**

1. INTRODUÇÃO

O enviesamento urbano-industrial e a lógica produtivista do modelo de desenvolvimento saído da Revolução Industrial e que, mais cedo ou mais tarde e em maior ou menor escala, acabou adoptado em praticamente todos os países do mundo, constituem a matriz de referência do tema que me proponho abordar nesta comunicação.

Para eles remetem, em boa parte, os problemas de desenvolvimento com que, um pouco por toda a Europa, de modo particular em Portugal, se confrontam as chamadas regiões do interior.

Deles decorrem, também e em grande medida, as condições e situações que en/informam o que, aqui, designamos como as «novas procuras» urbanas, um termo que, no essencial, pretende dar conta de processos de mudança e reorientação de práticas e comportamentos no domínio do consumo – alimentação, ócio, lazer, entre outros –, emergentes ao nível de sectores cada vez mais alargados de população citadina, de forma muito especial, ao nível dos *grupos sociais onde predominam as características da pós-modernidade* (E. Figueiredo, 99:31).

E é justamente nas regiões do interior, melhor dito, no seu atraso, que residem, em boa parte, as respostas a estas novas procuras urbanas, o que vem prefigurando múltiplas e inéditas oportunidades de relançamento económico e de reactivação social daquelas regiões.

■ Professora Associada de Sociologia, Dep. de Economia e Sociologia – UTAD, Vila Real.

** Este texto corresponde, no essencial, à comunicação apresentada ao Fórum sobre «Desarrollo Local en los Municipios de Frontera», organizado pela Fundação Rei Afonso Henriques, Bragança, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, 21 e 22 de Março de 2000.

O reconhecimento de tais oportunidades tornou-se já, de resto, tema recorrente no discurso dos políticos, em textos técnicos e teses académicas, e constitui o principal esteio racionalizador da maior parte das medidas e propostas, que nos tempos mais recentes vêm sendo preconizadas, a partir das mais diversas instâncias – locais, regionais, nacionais e comunitárias –, para o desenvolvimento das regiões do interior.

O ambiente, melhor dito, os ambientes – natural, social e cultural – têm vindo a perfilar-se como elementos centrais e determinantes na mediação entre os dois termos da relação – as «novas procuras urbanas» e o desenvolvimento das regiões em causa.

Esta relação, a cujas virtualidades teóricas dificilmente se podem opor argumentos, na prática tende a aparecer perpassada de algumas ambiguidades e contradições que, somadas às dificuldades de concretização com que se vem confrontando, acabam, necessariamente, por afectar a expressão e o alcance dos seus efeitos e resultados reais.

Identificar, ilustrar e reflectir sobre algumas das mais pertinentes questões que se vêm levantando à volta da relação a que sumariamente acabei de traçar os contornos é o exercício que, a partir daqui, me proponho desenvolver.

As referências empíricas mais imediatas deste exercício restringir-se-ão, no plano territorial, à região de Trás-os-Montes e Alto Douro (TMAD) e, no plano temático, ao turismo.

2. AS NOVAS PROCURAS URBANAS – CONFIGURAÇÃO E CONTEÚDOS

As cidades são hoje, em praticamente todo o mundo, espaços de vida e de trabalho dominantes.

A urbanização, no seu *duplo sentido de processo e resultado* (H. Capel, 75:273), representa seguramente um dos mais traços mais marcantes da civilização moderna e um dos fenómenos de maior magnitude que a História destes dois últimos séculos terá conhecido, uma ideia eloquentemente ilustrada por Richard Gwin (1996) quando afirma: «*Marshall McLuan afinal enganou-se. Não vivemos numa aldeia mundial. Somos um mundo de cidades*»¹.

Percorridas por diferenças mais ou menos profundas e visíveis, as cidades contemporâneas, mormente as de maior dimensão, partilham em comum a ambivalência extremada, explicitada por Libby Purves (1996) quando escreve que *as cidades nos projectam, com a mesma facilidade, imagens do céu e do inferno*².

¹ Citado no documento «Las Ciudades Futuras» UNCHS – Dia Mundial del Habitat, 1997, <http://www.unhabitat.org/whd>, 20 de Fevereiro de 2000.

² Idem.

Entre os traços que são comuns às cidades do presente sobressai, desde logo, a tendência para a consolidação de facetas de que elas são detentoras, quase a título de exclusividade, e que são o garante da sua incontestável e persistente atractibilidade.

O primado das economias urbanas na criação da riqueza das nações, as sedes do poder político, o turbilhão de ofertas disponíveis e acessíveis, a liberdade, as oportunidades e alternativas de vida, são apenas uma pequena parte dos muitos aliciantes que as cidades podem propiciar aos que nelas habitam e nelas trabalham.

Mas as similitudes que as cidades de hoje repartem entre si compõem-se também de tendências e desenvolvimentos de sentido abertamente negativo, no âmbito dos quais ganham cada vez mais destaque as problemáticas ambientais, que são, afinal, das que mais decisivamente vêm condicionando os quotidianos citadinos deste fim de século.

Em termos gerais, podemos dizer que estas problemáticas ambientais recobrem processos cada vez mais complexos, relativos antes de mais à qualidade de vida dos habitantes das cidades.

Entre as coordenadas de referência de tais problemáticas têm vindo a evidenciar-se as que são inerentes aos dois aspectos seguintes:

- a) à continuada, acelerada, quase sempre desordenada e muitas vezes errática e incontrolada, expansão dos territórios urbanos
– *muchas ciudades han ocupado más territorio en 20 años que en los 2000 años anteriores* (Salvador Rueda; s/d);
- b) à concentração espacial de gentes e actividades, uma concentração que, na Europa, se traduz no facto de mais de 80% da sua população actual viver em cidades, e estas, por sua vez, representarem menos de 20% do respectivo território.

Abundantemente estudadas e analisadas, a partir das mais variadas perspectivas disciplinares, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação de massa, as problemáticas ambientais urbanas, as suas configurações, os seus matizes e efeitos mais correntes, as interrelações e interdependências que as percorrem, são, por isso, já largamente dominadas pelo conhecimento comum, pelo que não carece fazer-se aqui qualquer especificação a seu respeito.

Vale a pena, isso sim, insistir na ideia de que elas se reportam a um conceito alargado de ambiente e como tal se distribuem por diversos planos – físico, desde logo e em primeiro lugar, mas também social, relacional e cultural, compondo no seu conjunto um quadro de progressivo «stress» ambiental, de degradação da qualidade de vida dos habitantes de áreas urbanas, que, em última instância, *pre-dispone al ciudadano a creer que la ciudad se ha hecho insoportable* (Salvador Rueda; s/d) ou, como textualmente é dito num documento produzido no âmbito

do projecto «Ciudades para un futuro mas sostenible». – *En muchas partes de Europa, las ciudades han dejado de ser un lugar donde se desea veer crecer a los hijos, pasar el tiempo de ocio o, simplemente vivir*³.

A par dos problemas directa e/ou indirectamente gerados pelos processos de desregulação dos sistemas de vida em meio urbano e pelas crescentes disfunções que neles se têm vindo a instalar, os ambientes urbanos têm também vindo a reflectir toda uma série de incidências negativas, intrínsecas à lógica e à racionalidade do sistema económico dominante e ao modelo civilizacional que dele emana, aos estilos de vida em que este se corporiza e ao tipo de valores que os legitimam.

A tendência para a mundialização, que varre os tempos presentes, concorre definitivamente para reforçar a acção e o impacto dos diversos factores de deterioração dos ambientes urbanos, face à qual se têm, entretanto, vindo a multiplicar processos e comportamentos reactivos.

Suportada por uma consciência social cada dia mais atenta e acutilante, a oposição ao actual ponto de chegada da vida nas cidades, vem sendo essencialmente protagonizada por grupos sociais de nível médio-alto. Dispondo de condições materiais cada vez mais florescentes, são eles que mais fácil e mais amplamente podem passar ao que designamos como crítica-em-acto, a qual vem tendo a sua expressão mais visível na reorientação de (algumas) procuras.

Esta reorientação, a que subjazem preocupações que se tecem, eminentemente, à volta de dois eixos – qualidade e segurança –, incorpora uma redefinição significativa de expectativas, de motivações, de valores e de escolhas.

Particularmente manifestas nos domínios da alimentação e do turismo, as novas procuras urbanas aparecem marcadas por iniludíveis sentimentos de nostalgia, por um certo sentido «retro», veiculando pretensões e anseios mais ou menos conscientes, mais ou menos objectivos, de retorno e de recuperação do que se perdeu ou apenas se suspeita ter-se perdido ou estar em vias de se perder, na cidade e nos modos de vida urbanos:

- a Natureza, a pureza das suas formas, cores e sons
- as relações sociais e os ritmos de vida humanizados
- o sentido de pertença e as raízes
- a genuinidade, a autenticidade e a originalidade
- a diferença e a diferenciação
- os laços que tecem a sequência da História comum e fazem a ponte entre esta e as histórias individuais – tradições, usos, costumes
- enfim, os ambientes de vida que a vertigem da modernidade fez desaparecer ou deixou irremediavelmente adulterados.

³ «Retos que se Plantean a las Ciudades Europeas», 1998, <http://habitat.aq.upm.es/hpuue/a002.html>, 1 de Março de 2000.

E é neste contexto, que as regiões do interior enquanto reservatórios, reais e/ou idealizados, destes bens naturais, culturais e humanos, enquanto espaços representados de preservação e guarda dos mesmos, se vêem, um tanto inesperadamente, resgatadas à penumbra da sua marginalização socioeconómica, convertidas à condição de produtores e fornecedores de *antídotos para os males da civilização urbano-industrial* (M. Vilain, 78:127) e catapultadas à categoria de destinos turísticos.

Com efeito, as regiões do interior e, dentre estas, as suas áreas menos tocadas pela modernização, as mais «limpas» e «intactas», as mais tradicionais, mais ricas em arcaísmos, numa palavra, as mais atrasadas, aparecem cada vez mais percebidas como a alternativa capaz de preencher e responder ao que, neste final de milénio, se tem vindo a desenhar e a afirmar como sendo as novas necessidades, expectativas e interesses de segmentos específicos e importantes da procura turística.

De assinalar que este processo de progressiva eleição das regiões do interior como destino turístico, vem sendo também fortemente alimentado pelos meios de comunicação e pelo *marketing*, que estimulam a formação da *necessidade de retorno a uma vida bucólica e prometem o reencontro da autenticidade, do «savoir faire» das gerações antigas, dos seus ritmos, seus gestos, ...e principalmente a relação íntima com a Natureza, onde se imagina que viva a sabedoria e a paz dos valores, a permanência dos laços, e a reprodução lenta do tempo* (Adyr Rodrigues, 98:88), acabando, deste modo, por *despertar la curiosidad de gran parte del publico por conocer «al vivo» los lugares que nos presentan através de atractivas imágenes* (Viñals Blasco, 99:15).

3. AS NOVAS PROCURAS TURÍSTICAS E O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DO INTERIOR

A valorização ética e hedónica por parte das novas procuras turísticas dos bens de que as regiões mais pobres vão ainda sendo as mais ricas deixa em aberto inúmeras perspectivas e possibilidades de valorização económica dos recursos endógenos daquelas regiões.

Em nome e por causa dessas possibilidades, ou seja, em nome e por causa dos seus reconhecidos efeitos multiplicadores, no que respeita à criação de emprego e de rendimento, pelas sinergias que é capaz de gerar em sectores e actividades com os quais, a montante e a juzante, faz interface, o turismo vem sendo eleito, como um dos mais, senão mesmo o mais, importante instrumento para superar os sobrejamente conhecidos problemas de desenvolvimento das regiões do interior.

Objecto de omissão pouco menos que completa até há apenas alguns anos

atrás, a relação entre o turismo e o desenvolvimento destas regiões impõe-se ao longo da década de noventa como irrecusável, ganhando rapidamente adesões dos mais variados quadrantes, muito especialmente ao nível das instâncias governamentais quer comunitárias quer nacionais (CCE, 92:80; LEADER Magazine, 93:6).

Enfocando a nossa análise para o caso concreto de Trás-os-Montes e Alto Douro, facilmente se constata também a primazia e o consenso que o turismo detém e reúne, em termos do pensamento actual sobre o desenvolvimento da região e dos estudos, planos e programas para o alcançar, sendo cada vez maior o número dos que o consideram mesmo o motor e a prioridade de tal desenvolvimento.

- *O turismo em diferentes modalidades, surge como um dos sectores com maiores vantagens comparativas para a região... (CEDRU, 92:37)*
- *Todos los agentes involucrados en este empeño, como son las Cámaras Municipales en Portugal y los Ayuntamientos en España, así como los autores de este trabajo, estamos totalmente convencidos, que en el actual momento, la única forma de posible desarrollo, pasa por la explotación de este paisaje por medio del Turismo... (INZAMAC y TECOPY, 96:sp)*
- *O turismo no Nordeste Transmontano poderá ser uma componente importante do processo de desenvolvimento da região (ERENA, 95:168)*
- *O turismo é apontado como a maior potencialidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD, 97:36).*

Os conteúdos destas citações revelam que a incorporação do turismo no debate, na reflexão e sobretudo nos múltiplos esforços de construção de propostas para o desenvolvimento de TMAD, anda, por regra, impregnada de perspectivas e visões muito optimistas e confiantes sobre o papel do turismo no futuro da região, um argumento que os resultados de um inquérito bem recente, dirigido aos presidentes das 26 Câmaras municipais dos distritos de Bragança e Vila Real, continuam a confirmar.

Com efeito, a pergunta «Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima), que classificação atribui ao turismo para o desenvolvimento socioeconómico do seu concelho?», recolheu as seguintes respostas:

Classificação	Nº de respostas
10	12
9	2
8	1
7	6
6	2
5	3

Mas também o teor das justificações que complementam e elucidam as respostas à pergunta acima formulada não deixam grandes dúvidas sobre a confiança, direi mesmo, o entusiasmo que o binómio turismo / desenvolvimento tem vindo a gerar na região:

- ... só o aproveitamento [turístico] da paisagem, do património, do ambiente, da gastronomia, pode dinamizar economicamente esta área geográfica;
- O turismo deve ser a vindima permanente do Douro;
- ... é o sector que mais poderá potenciar todas as outras actividades económicas... deste concelho;
- o turismo ... numa zona de montanha como a nossa... é a vertente mais importante da nossa estratégia de desenvolvimento.

Justificados, em boa parte, por referência às alterações da procura acima mencionadas e, bem assim, às rupturas e à saturação da maior parte dos destinos clássicos de *sol e praia*, o optimismo, mesmo uma certa euforia, que se vêm registando à volta do turismo em TMAD baseiam-se, antes de mais, na percepção, no reconhecimento e no inventário das muitas e variadas potencialidades para o turismo de que a região no seu conjunto e cada uma das zonas que a integram são portadoras.

- A região de Trás os Montes apresenta inúmeras potencialidades turísticas... (CEDRU, 92:56 e 277)
- Este vasto território... representado pela área geográfica da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, apresenta notáveis potencialidades para o desenvolvimento do turismo. (Quaternaire, 96:222)
- As elevadas potencialidades ambientais e recursos naturais, aliadas a um elevado valor paisagístico e cultural... . . .Um conjunto de recursos turísticos de valor, dispersos em toda a região de TMAD... (AMTAD, 97:18 e 37)
- à diversidade de produtos alternativos e de recursos culturais, paisagísticos e geográficos presentes na região... (CCRN, 98:sp)
- uma região com grandes potencialidades.... (CCRN, 99:7)
- ... um potencial invulgarmente rico (ADRAT, SPIDOURO e Quaternaire, 99:V)
- O Douro é um recurso turístico fabuloso... não há outro igual no país (Braga da Cruz, 99.12)
- ... Todas as publicações existentes sobre a região(Alto Tâmega-Barroso) nomeadamente aquelas que são publicadas pelas instituições locais e/ou regionais, apresentam a região como possuidora de um potencial turístico assinalável (ADRAT, SPIDOURO e Quaternaire, 99:20)
- O turismo no Nordeste transmontano não será limitado pela falta de... potencialidades... a região possui características que lhe conferem um grande potencial para a constituição de produtos turísticos... (ERENA, 95:111)

Os classificativos, quiçá um pouco hipérbólicos, que os autores dos textos citados utilizam quando falam sobre os recursos e as potencialidades turísticas de TMAD, reportam-se maioritariamente à riqueza e qualidade dos elementos do ambiente físico-natural da região – as paisagens, os espaços naturais, a diversidade e, em muitos casos, a raridade da fauna e da flora, os baixos níveis de poluição atmosférica, acústica, e muitos outros valores ambientais, os quais, ninguém, tanto do lado da oferta como do lado procura, tem dúvidas em reconhecer como o seu mais poderoso factor de atracção turística.

Assim e considerando novamente o inquérito feito aos autarcas da região, apurámos que na pergunta «Identifique, p. f., o que considera serem os cinco principais recursos turísticos do seu concelho», os aspectos ligados ao meio ambiente natural recolhem, de longe, o maior número de indicações, com pleno destaque para o que muitos indicaram apenas como paisagem e/ou Natureza.

		1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar	Total
Paisagem/Natureza	Bragança	4	3	1	2	-	10
	V. Real	8	2	-	2	1	13
EnPs/Montanha/ /Caça/Recursos Naturais	Bragança	2	4	3	-	1	10
	V. Real	2	2	2	-	1	6
Termas/Rios/ /Barragens/Pesca	Bragança	3	1	-	2	-	6
	V. Real	2	3	-	2	2	9

Por outro lado, a (pouca) investigação empírica realizada sobre o turismo na região tem vindo a mostrar que também a procura elege estes recursos naturais como o mais importante cartaz turístico da região. Neste ponto e à falta de informação para o todo regional, vale a pena incluir os resultados de projecto de investigação levado a cabo na região do Douro e concluído em 1996⁴, no qual se apurou, a partir de cerca de 387 inquéritos validamente preenchidos por turistas alojados em unidades de TER (206), na hotelaria convencional (95) e viajantes do barco-hotel (86), que o conjunto paisagem/património natural aparece mencionado em 64% dos casos como o aspecto mais positivo da região do Douro

Mais recentemente, em Julho de 1997 e abrangendo apenas passageiros de barco em viagens de curta duração no rio Douro, verificou-se que na resposta à

⁴ Estudos desenvolvidos no âmbito do Projecto «Synergistic Pluriactivity – The Development of Agrotourism and Related Activities as an Adjustment Strategy for Disadvantaged Rural Areas». Projecto de investigação (AIR3), em que participam a Univ. de Aberdeen (Escócia), o Institute d'Études Politiques de Grenoble (França) e a UTAD, Vila Real (Portugal).

pergunta – *Como turista, o que é que, até agora, mais lhe agrada(ou) na região do Douro? – a paisagem* aparece explicitamente mencionada em 66 dos 80 inquéritos recolhidos (M. Ribeiro, 1998).

Uma tão estreita ligação do turismo aos recursos do ambiente natural coloca a todos em geral e, mais em especial, aos que por obrigação, por opção, por necessidade ou apenas por mera curiosidade vêm acompanhando mais de perto a evolução do turismo em Trás-os-Montes e Alto Douro, questões que se cruzam, de maneiras muito diversas, contraditórias até, com o optimismo generalizado que enquadra as expectativas sobre os contributos que o sector pode dar ao desenvolvimento da região.

Destas questões e por óbvias limitações de tempo e pessoais, abordar-se-ão, apenas a título de exemplos, algumas das que mais pertinente e imediatamente intrepelam aquele optimismo. Assim, podemos dizer que o facto de os recursos naturais assumirem um tão elevado predomínio na constituição da oferta e nas escolhas da procura turística em TMAD, cauciona em grande medida aquele optimismo, em virtude da variedade de respostas, isto de modalidades turísticas, que a partir deles se podem vir a praticar e que actualmente conhecem graus de concretização ainda muito incipientes ou não chegam sequer a existir.

Seja no campo meramente recreativo, da saúde, do desporto e aventura, em domínios de orientação mais formativo-educativa, e outros, conhecidos ou por inventar, as possibilidades que os factores do ambiente físico-natural de TMAD proporcionam são imensas.

Isto torna também imensas as oportunidades e as alternativas económicas que podem vir a construir-se para apoiar e viabilizar a sua concretização, por ser certo que em Portugal, tal como acontece em Espanha, também se constata que *existen grandes sectores de la demanda que podriamos denominar «interesada por el medio ambiente» que está desatendida y que presenta unas potencialidades enormes* (Viñals Blasco, 99;32).

Na curta listagem a seguir apresentada sugerem-se algumas pistas sobre formas de concretizar as novas oportunidades empresariais que se abrem no campo da oferta turística de TMAD, formas que representam, acima de tudo e no essencial, possibilidades novas de reconversão e de aproveitamento para fins turísticos e, por conseguinte, de valorização socioeconómica de recursos e de actividades já existentes na região.

As «quintas pedagógicas», os parques de campismo de Natureza e /ou de montanha, os ecomuseus, os centros e as escolas de interpretação, a realização de percursos ecológicos e de itinerários temáticos, a venda e o aluguer de equipamentos diversos, o ensino e o treino de novas práticas desportivas, incluindo os chamados desportos radicais, os transportes alternativos (charrettes, burros, etc.), a adaptação / aproveitamento de complexos termais para finalidades novas nos

campos da saúde, da estética e da cosmética, e muitos outros que estão apenas à espera que alguém os «invente».

As repercussões favoráveis que tais iniciativas projectam para o sector do emprego são evidentes, não só pelo número de postos de trabalho que elas podem vir a criar, mas sobretudo pelo carácter inovador e pela qualificação de muitas das profissões que elas suscitam e exigem.

Mas, logo aqui a confiança e o optimismo, verbalmente formalizados, começam a deparar-se com factores restritivos, na forma, entre outros, das muitas barreiras de carácter institucional que concorrem para dificultar, para cercar até, a viabilização de muitas destas iniciativas. Estou a referir-me aos vazios de regulamentação legal (casos das quintas pedagógicas, das actividades de «outdoor»), à rigidez da lei existente (caso da legislação sobre a exploração de águas medicinais), à burocracia, à inércia das instituições, ao peso excessivo de centralização institucional, às debilidades financeiras, técnicas, operacionais e funcionais das instituições regionais e locais, à escassez de informação e à sua deficiente divulgação, etc.

Igualmente «temperadores» daquele optimismo não-de ser os extensos condicionalismos que o elevado e conhecido *deficit* de capital humano – a rarefacção demográfica e empresarial da região; mão de obra pouco qualificada; reduzida capacidade de iniciativa e um diminuto espírito empresarial, fraca capacidade de investimento, técnica e de gestão, etc. – opõe/pode opor à concretização de muitas das iniciativas acima sugeridas.

Por outro lado, a disseminação indiscriminada de lixos, sobretudo ao longo das bermas das estradas e dos caminhos, as disfunções estéticas de muitas das construções mais recentes, os efeitos erosivos dos incêndios, da suspensão ou abrandamento da actividade agrária e das actividades extractivas exercidas a céu aberto, na qualidade das paisagens naturais, são aspectos que levantam sérios desafios ao optimismo frequentemente avançado, sobretudo porque está provado que estes turistas que agora demandam as regiões do interior tendem, por norma, a ser cada vez mais informados, mais determinados e mais exigentes.

Mas é sobretudo do precário estado da agricultura da região e das perspectivas mais ou menos sombrias que se desenham no seu futuro que chegam as mais instantes interpelações ao clima de entusiasmo de que vimos falando, por ser certo que não é com agriculturas virtuais e/ou «folclóricas» que se asseguram a produção e a conservação dos bens ambientais, nem, por maioria de razão, dos que neles se baseiam .

E, para concluir, quero apenas relembrar a necessidade de regular e pautar o optimismo reinante na generalidade das expectativas sobre o papel do turismo no desenvolvimento de TMAD em função de um objectivo que deve ser o primeiro entre todos, justamente o de procurar minimizar e manter sob controle os

impactos das actividades turísticas sobre recursos tão vulneráveis e frágeis como são os recursos naturais. Este objectivo é, aliás, tanto mais imperioso quanto se sabe serem ainda muito baixos os níveis de sensibilização e de educação ambientais, quer dos agentes da oferta, como dos da procura.

A não consideração deste objectivo, na exacta medida da sua relevância actual e, sobretudo, para o futuro, equivalerá seguramente a expor a um elevado risco de morte prematura o que parece ser hoje, para muitos, a «galinha dos ovos de ouro» do desenvolvimento das regiões do interior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMTAD, ed. – *Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro*. 1997.
- ARDÍNIA – *A Diversidade Regional é um Factor de Desenvolvimento (entrevista com Braga da Cruz)*. «Ardínia». Nº 6 (1999), p. 8-13.
- ARELL, N. – *The Evolution of Tourism in the Tarn Mountains: Arena and Actors in a Periphery*. In «Proceedings from a Seminar Case Studies in Tourism in Peripheral Areas». Bornholm, Sweden, 1997, p. 135-155.
- BATOUXAS, M. – *O Turismo como componente das novas abordagens e propostas de desenvolvimento rural. Análise exploratória de alguns instrumentos recentes de política regional na Terra Quente Transmontana*. Vila Real: UTAD, 1998. Tese de Mestrado em Agricultura Ambiente e Mercados.
- CALATRAVA REQUENA, J. e RUIZ AVILÉS, P. – *O turismo: uma oportunidade para as zonas mais desfavorecidas?* «Leader Magazine». Nº 4 (Outubro 1993), p. 6-9.
- CAPEL, H. – *La Definición de lo Rural*. «Estudios Geográficos». Nº 138-139 (1975), p. 265-301.
- CCE – *Proposta Alterada do Conselho Relativa a um Plano de Acções Comunitárias Medidas Comunitárias a favor do Turismo*. JOCE, 12/5, 1992, p. 13-93.
- CCRN – *Contributos para a Preparação do QCA III – Agrupamento de Municípios do Vale do Douro Norte*. Porto: CCRN, 1998 (a).
- CCRN – *Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte – 1ª versão*. Porto: CCRN, 1998.
- CCRN – *Trás-os-Montes e Alto Douro. Diagnóstico Prospectivo e Orientações Estratégicas – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)*. Porto: CCRN, 1999.
- CEDRU – *Estudo sobre a Região Transfronteiriça de Trás-os-Montes/Zamora, Alto Trás-os-Montes e Douro. Relatório Final (segunda fase)*. CEDRU, 1992.
- ERENA – *Estudo Sobre o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Transmontano – Ordenamento e Gestão dos Recursos Naturais*. Lisboa: ERENA, 1995.
- FERNANDEZ DE TEJADA, A. y INIESTA, A. – *Caracterización de la Oferta y Demanda en Ecoturismo*. In VIÑALS BLASCO M. J. e BERNABÉ GARCÍS A., de. – «Turismo en espacios naturales y rurales». Univ. Politécnica de Valência, 1999, p. 61-79.

- FIGUEIREDO, E. – *O Norte e o Sul das Questões Ambientais – breve reflexão acerca do valor social do Ambiente*. In «Actas do Colóquio Ambiente e Desenvolvimento, Aveiro, 17 de Março». 1999, p. 29-44.
- HOWARTH, W. – *The Value of Rural Life in America Culture*. «Rural Development Perspectives». Vol. 12, nº 1 (1998), p. 5-10.
- INZAMAC & TECOPY – *Proyecto Desarrollo Turístico de los Arribes del Duero*. 1996. Proyecto de cooperación transfronteiriça Câmaras del Nordeste Transmontano e Junta de Castilla y León.
- QUATERNAIRE – *Estudo Estratégico para o Desenvolvimento do Douro e Trás-os-Montes*. Porto, 1996.
- RIBEIRO, M.; DINIZ, F. e CARQUEJA, C. – *Annual Report for year 2. Agrotourism and Synergetic Pluriactivity*. Contract n.º Air3 – CT92 – 0477. 1994.
- RIBEIRO, Manuela – *Turismo Rural e Desenvolvimento na Região Douro – Processos e (alguns) resultados da evolução do recente sector*. «DOURO – Estudos & Documentos». Nº 6 (1998), p. 25-49.
- RIBEIRO, Manuela e DINIZ, F. – *Turismo Rural enquanto Alternativa de Desenvolvimento de Regiões Desfavorecidas – Potencialidades e Limites*. Comunicação apresentada ao 3rd International Congress of the Mediterranean Association of Tourism, Estoril, Portugal, 20-22 April, 1995.
- RIBEIRO, M. e MARQUES, C. – *Rural tourism and the development of less favoured areas. Between Rhetoric and Practice*. Comunicação apresentada ao XII Summer Institute of the European Regional Science Association, «Tourism Sustainability and Territorial Organization», Faro, 4-10 July, 1999.
- RODRIGUES, A. – *Turismo Eco-Rural. Interfaces entre o Ecoturismo e o Turismo Rural*. IN ALMEIDA, J. Anécio de; FROEHLICH, J. M. e REIDL, M., orgs. – «Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável». RS, Brasil: Centro de Estudos Rurais – Univ. Santa Maria, 1998, p. 85-96.
- RUEDA, S. – *La Ciudad Compacta y Diversa Frente a la Conurbación Difusa*. [S. l.: s. n., s. d.].
- SANTOS SOLLA, X. M. – *Reflexións en Torno ó Papel do Turismo no desenvolvimento Local*. In «Actas do Seminário Internacional sobre Perspectivas de Desenvolvimento en Iberoamérica». Santiago de Compostela: Universidad, 1999, p. 149-164.
- SPIDOURO – *Detecção de Oportunidades e Formatação de Negócios no Sector do Turismo – Relatório de Síntese*. Vila Real: SPIDOURO, 1999 (a). Doc. não publicado.
- SPIDOURO – *Douro – O Rio, A Vinha e o Vinho. Candidatura P.I.T.E.R. do Douro*. Vila Real: SPIDOURO, 1999.
- SPIDOURO – *Estudo de Viabilidade Económica e Financeira de um Operador Turístico para o Douro e Trás-os-Montes*. Vila Real: SPIDOURO, 1998.
- SPIDOURO; QUATERNAIRE; ADDS – *Douro Superior – Arqueologia e Arribas. Candidatura P.I.T.E.R. do Douro Superior*. Vila Real: SPIDOURO, 1999.
- SPIDOURO; QUATERNAIRE; ADRAT – *Alto Tâmega – Termalismo, Ruralismo e Património. Candidatura P.I.T.E.R. do Alto Tâmega e Barroso*. Vila Real: SPIDOURO, 1999.
- TERRASÊCA, R. – *À Procura de uma Matriz Referencial para o Turismo no Norte de Portugal*. «ADETURN, O Turismo no Norte de Portugal». Nº 1 (1995), p. 14-15.

- VILAIN, M. – *Analyse de Système, Écologie et Activités Rurales – Quelques Réflexions*. «Économie Rural». N° 127 (1978), p. 23-24.
- VIÑALS BLASCO, M. J. – *Los Espacios Naturales y Rurales, Los Nuevos Escenarios del Turismo Sostenible*. In VIÑALS BLASCO, M. J. e BERNABÉ GARCÍS A., ed. – «Turismo en espacios naturales y rurales». Valência: Univ. Politécnic de Valência, 1999, p. 13-34.

